



A atual formação dos jornalistas e o mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Portugal¹

Paula Melani Rocha – Faculdades COC
Jorge Pedro Sousa – Universidade Fernando Pessoa

Resumo

Este artigo discute a formação dos jornalistas brasileiros e portugueses e o mercado de trabalho em jornalismo na sociedade do século XXI. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados quantitativos sobre o mercado de trabalho brasileiro foram adquiridos junto a FENAJ e Ministério do Trabalho. Os dados portugueses foram fornecidos pelo Sindicato dos Jornalistas e Comissão da Carteira. A partir de uma amostragem de instituições de ensino portuguesas e brasileiras, foram analisadas as matrizes curriculares e suas grandes áreas científicas. O objetivo foi verificar a formação dos jornalistas e o perfil do mercado de trabalho na sociedade globalizada.

Palavras-chave

Jornalismo; Brasil; Portugal; Mercado de trabalho; Sociedade globalizada.

Introdução

Ser jornalista na sociedade do século XXI, globalizada e digital, difere do perfil do jornalista de outros períodos históricos. Da imprensa à internet, muito mudou. O domínio da tecnologia possibilitou a democratização da informação, mas também gerou uma *overdose* informacional, com entretenimento à mistura.

O jornalista incorporou as inovações no seu exercício profissional. Segundo Traquina (2005), a globalização propiciou a emergência de uma identidade transnacional para o jornalista. No entanto, a identidade da profissão também é fruto de um processo evolutivo, que mantém ligação com a dinâmica da sociedade em que se insere (CORREIA & BAPTISTA, 2007).

Este texto aborda, especificamente, a formação dos jornalistas brasileiros e portugueses e o mercado de trabalho, na sociedade do século XXI. O objetivo é identificar os elementos comuns e divergentes, com o intuito de contribuir para a discussão mais ampla sobre os rumos do jornalismo na sociedade globalizada. A pesquisa faz parte de um pós-doutorado, desenvolvido junto à Universidade Fernando Pessoa (Porto, PT), que teve por finalidade comparar o jornalismo brasileiro com o português nos seguintes aspectos: evolução e institucionalização do ensino do jornalismo, mercado de trabalho e feminização da carreira.

¹ Trabalho apresentado no I Colóquio Bi-nacional de Ciências da Comunicação - Brasil/Portugal, evento componente do Pré-Congresso INTERCOM 2008 - XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.



A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados quantitativos sobre Portugal foram obtidos junto ao Sindicato dos Jornalistas e à Comissão da Carteira. Os dados brasileiros foram adquiridos junto à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Ministério do Trabalho.² Para analisar a formação do profissional, tanto português quanto brasileiro, delimitou-se uma amostragem de instituições de ensino. No caso português, restringiu-se a oito, que estão se adequando ao Processo de Bolonha, estruturando o ensino em dois ciclos: graduação (jornalismo e comunicação social) e pós-graduação. Dentre as brasileiras, limitou-se às dez primeiras instituições classificadas no último ENADE de Jornalismo, realizado em 2006.

1. Os cursos de “jornalismo” em Portugal

O ensino do jornalismo em Portugal, diferente do Brasil e dos Estados Unidos, não nasceu e também não se desenvolveu como um curso independente. Sempre esteve mais inserido às ciências generalistas, no âmbito da comunicação social. Como mostram Mesquita e Ponte (1997, p.159) “*Os cursos visavam, no seu conjunto, a problemática e as profissões da «sociedade de comunicação», sem considerarem a especificidade do jornalismo*”. Durante a década de 70, os cursos de Comunicação Social não surgiram como faculdades autônomas da Ciências da Comunicação, e, sim, em Faculdades das Ciências Sociais, Humanas ou Letras como foi o caso pioneiro na Universidade Nova Lisboa. A vantagem foi a formação sólida em ciências sociais e humanas e um distanciamento de um ensino apenas profissionalizante e empirista. A desvantagem refere-se a um conhecido dilema entre teoria e prática, o qual norteia as academias e o mercado de trabalho, distanciando esses dois alvos que deveriam ser entrelaçados.

A grade curricular das primeiras instituições remete o ensino à investigação no campo das Ciências Sociais e Humanas. As disciplinas eram distribuídas em quatro áreas de saber: Ciências Sociais e Humanas; Ciências da Comunicação; Estudos sobre os Meios; e Jornalismo. Os primeiros campos correspondiam ao tronco comum de todos os cursos da área da comunicação. Entre as disciplinas ministradas predominavam Filosofia e Ciências da Linguagem. Posteriormente, focavam o estudo da mídia através de disciplinas como Sociologia da Comunicação, Semiótica e Teoria da Comunicação. Paralelamente, também coexistiram neste período instituições como a Faculdade de Letras de Coimbra e a Universidade Católica de Lisboa que defendiam uma grade mais tradicional, com ênfase na formação humanística de maneira geral. Embora o primeiro

² As entidades portuguesas disponibilizaram dados atuais referentes a 2007, já no Brasil, o último levantamento foi realizado em 2005.



modelo colocasse o curso sob o guarda-chuva das Ciências Sociais, há uma deficiência de disciplinas que primam pela metodologia como suporte para a investigação, que hoje é considerada uma das principais ferramentas do jornalismo, se não a principal. O segundo modelo também não contemplava o ensino da investigação como metodologia para a prática da profissão.

Na década de 80, prevaleceu a formação generalista em comunicação, mas já manifestaram os primeiros focos, em diferentes cursos, de inclusão de práticas profissionalizantes, motivados pela solicitação de docentes especializados em diferentes áreas, pelo sindicato e também pelas empresas de comunicação. Em 1985, surgiu a Escola Superior de Jornalismo do Porto, oferecendo o curso especializado em jornalismo. Mas foi na década de 90 que ampliou-se a diversificação e a especialização dos cursos de comunicação social. Em 1993, inaugurou-se a primeira Licenciatura em Jornalismo, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 1996, foi criado o curso da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, do ensino politécnico. Já a Universidade Nova Lisboa, neste mesmo período, investiu nas vertentes profissionalizantes, entre essas, o jornalismo.

No entanto, os cursos politécnicos e as licenciaturas que vinculam o jornalismo às Ciências da Comunicação ou da Comunicação Social ainda são maioria, tanto os oferecidos pelas instituições públicas quanto as privadas. Normalmente, eles aplicam o tronco comum, com tempo variável, no início da estrutura curricular.

A pesquisa científica em jornalismo foi tardia em Portugal. As primeiras teses de doutoramento sobre jornalismo e mídia surgiram no final da década de 80 e início da década de 90. O mestrado foi introduzido na Universidade Nova Lisboa em 1991/92 e, em 1994, foi apresentada a primeira tese específica em jornalismo.

Mesquita e Ponte (1997) criticam tanto as Ciências da Comunicação quanto as Ciências Sociais e Humanas na formação do jornalista, por ambas contemplarem uma grade mais focada em disciplinas com formação humanística, como Sociologia, Semiologia e Filosofia e conhecimento tecnológico. Não priorizam um novo campo de saber transdisciplinar e especializado em jornalismo ou em outras profissões da comunicação. Mesmo as cadeiras que tratam sobre estudos da mídia, referem-se às disciplinas de Direito, Deontologia e História, favorecendo uma análise mais generalista.

Outra crítica apontada por Mesquita e Ponte (1997) sobre a situação do ensino e da formação profissional do jornalista é de colocar o jornalismo, a publicidade e propaganda e as relações públicas em um mesmo tronco comum. Para os autores, a



comunicação institucional e a propaganda possuem práticas e mesmo deontologias antagônicas ao jornalismo, impossibilitando, a coexistência dos três em uma mesma perspectiva profissional. Este também é um dos pontos nevrálgicos para o Sindicato dos Jornalistas, pois confunde as três áreas profissionais. No entanto, o estudo ressalta que as disciplinas pertencentes às Ciências Sociais e Humanas e à Ciência da Comunicação são de interesses das três atividades e que, por o jornalismo e a relações públicas serem práticas próximas no mercado de trabalho, é importante que elas sejam conhecidas pelos dois cursos, defendendo o discurso da transversalidade. Este discurso não é compartilhado de forma unânime pelos docentes e profissionais, que vêem como práticas separadas no mercado e deveriam ser separados já na sala de aula.

No final da década de 90, o estudo mostra que nem todos os cursos de jornalismo possuíam laboratórios com boa infra-estrutura, bem como disciplinas mais específicas (Teorias do Jornalismo, Jornalismo Comparado, História da Imprensa...). Com o advento da tecnologia, no século XXI, os equipamentos baratearam os laboratórios de televisão não são mais analógicos e as câmeras também não são mais com fita beta; o mesmo vale para o estúdio de rádio. A tecnologia tornou a instalação de laboratórios mais acessível às instituições de ensino. A escolha do corpo docente também seguiu um padrão de exigência, o qual inclui habilitações acadêmicas e práticas profissionalizantes, difíceis de conciliar no jornalismo. Por isso, a importância dos centros de formação: Observatório da Imprensa, o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas – CENJOR e o Conselho Federal de Jornalistas - CFJ, os quais oferecem cursos profissionalizantes para completar a formação.

2. A formação em jornalismo no Brasil e a obrigatoriedade do diploma

A primeira escola de jornalismo brasileira foi também a primeira escola da América Latina e data de 16 de maio de 1947. Em 1966 começou a funcionar a Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo – ECA/USP, criada pelo Decreto 46.429 do governador Laudo Natel.

Durante o período da ditadura militar, as universidades sofreram intervenções diretas ou indiretas no conteúdo dos cursos, postura de professores e alunos por parte do Governo. A repressão política e cultural abateu professores e alunos. Muitos foram impedidos de lecionar. Alunos sofreram perseguições, prisões e até assassinatos. A obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão em 1969³ impulsionou o

³ Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969, o qual regulamentou a profissão e consagrou a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão.



surgimento dos cursos de jornalismo no país. Segundo Ribeiro (1998), em 1960 havia sete faculdades de jornalismo no país. No início da década de 90 somavam mais de 100 cursos na área de comunicação, sendo 70 com o curso específico em jornalismo. Uma pesquisa realizada em 1998, pela Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), do Ministério da Educação (MEC), revelou que existiam no Brasil 125 cursos de Comunicação Social. Inscreveram-se, para o vestibular de 1998, 107.825 candidatos em todo o país. Segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2003, o número de cursos saltou de 260, em 2000, para 443, em 2003, desses 74 eram públicos e 369 privados⁴.

Informações sobre o conteúdo curricular dos cursos de jornalismo ministrados nas décadas de 40 e 50 especificamente no Brasil são escassas. Na década de 60, como mostra Marques de Melo (2006), começou os estudos de jornalismo comparado realizados pelo ex-diretor do Instituto Francês de Imprensa Jaques Kayser, com o apoio da UNESCO. Sua preocupação era em disponibilizar as pesquisas para uso dos profissionais da imprensa, em suas atividades noticiosas. Ele influenciou estudiosos americanos, franceses e de países da América Latina. Kayser ministrou aulas nos cursos patrocinados pela CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina) e só parou em 1963, quando morreu.

Meditsch (1999) traçou outro olhar sobre a influência da UNESCO e do CIESPAL na atividade de jornalismo, durante o período pós-Segunda Guerra Mundial. O teórico também se preocupou em entender a formação acadêmica dos jornalistas, mais especificamente, a ruptura entre a teoria e prática nos cursos de comunicação social. Para Meditsch, esta ruptura foi fruto das repercussões da Segunda Guerra Mundial, da política da Guerra Fria, da Revolução Cubana com seu posicionamento declarado contra o capitalismo e, mesmo, do regime militar brasileiro. O ponto de partida foi em Paris, em 1948, numa conferência realizada pela UNESCO, órgão que sofria ampla influência da política americana, segundo o autor, na qual ficou decidido dar atenção especial à formação dos jornalistas do terceiro mundo. O temor era político, “justificado” pelo receio dos jornalistas propagarem o comunismo. A UNESCO criou centros de formação de professores de jornalismo em diferentes regiões do terceiro mundo. Por orientação do CIESPAL, os cursos de jornalismo deixaram de ministrar a orientação teórica fundamentada na formação clássica-humanística, com ênfase nos

⁴ Segundo a FENAJ, os dados podem estar incluindo também outras habilitações em comunicação social como Cinema e Vídeo, Radialismo, Rádio e Telejornalismo, Produção Editorial e Publicação.



estudos éticos, jurídicos, filosóficos e literários, por não considerá-los “científicos”. Por outro lado, as grades curriculares tiveram que incorporar disciplinas valorizadas pelo funcionalismo norte-americano. No Brasil, a reforma foi implantada com o golpe militar de 1964, e Celso Kelly, representante do CIESPAL, foi o autor do currículo mínimo imposto a todas as escolas do país (MEDITSCH, 1999). A proposta do CIESPAL era transformar o jornalista em um profissional da comunicação, que atuasse em todos os veículos nas funções de jornalista, publicitário e relações públicas, unificando assim a linguagem acadêmica, com a desculpa que o profissional estaria apto a fazer “intercâmbio” nos diferentes países do continente. O relatório realizado pelo professor americano Raymond Nixon, em 1970 revelou que *“um terço das escolas do continente havia trocado a denominação “de jornalismo” por “de comunicação” ou equivalente. Em 1980, este número estava próximo de 85%”* (NIXON apud MEDITSCH, 1999).

Em um segundo momento, tanto o CIESPAL quanto a UNESCO desvincularam-se da ideologia norte-americana e passaram a ser financiados pela social-democracia européia, que propiciou a aproximação com a esquerda latino americana. Para Meditsch (1999) esta disputa entre direita e esquerda se refletiu diretamente nos cursos de comunicação social, transformando-os em aparelhos ideológicos e, pior, comprometendo o desenvolvimento técnico e científico, com o divórcio entre a produção teórica e a orientação pedagógica da realidade profissional. Embora as faculdades de comunicação social mantivessem esta nomenclatura e a uniformidade em todo o continente, na prática, as instituições brasileiras separaram os cursos de publicidade, jornalismo e relações públicas. O prejuízo da atuação do CIESPAL e da UNESCO foi com relação ao vácuo existente entre a formação do jornalista e a atividade prática. O que se aprendia nas academias não era aplicado no mercado de trabalho e o profissional saía despreparado para atuar. Independente da perspectiva teórica adotada, em sintonia com o contexto histórico das décadas de 50, 60, 70, 80 e mesmo atual, as teorias não fortalecem o elo entre academia e mercado, causando constrangimentos ao estudante que se afasta cada vez mais da prática. Na década de 50 predominou a formação clássico-humanista, substituída em 60 pelo funcionalismo que, por sua vez, em 70 foi trocado pelo marxismo. Em 80, a menina dos olhos foi a teoria simbólica levantada pelos psicanalistas. Na década seguinte, chegaram os estudos pós-modernos e estudos culturais (MEDITSCH, 1999). O que todas estas modalidades de ensino têm em comum é a valorização da teoria frente à prática. E o papel das escolas é justamente o oposto. Elas têm que romper com esta dicotomia, conhecer o mercado de



trabalho, suas inovações e ferramentas e trazê-los para a academia, com o propósito de capacitar o futuro jornalista para atuar nessa realidade e contribuir com tecnologia para o desenvolvimento do jornalismo.

3. Brasil e Portugal: encontros e desencontros na formação do jornalista

Brasil e Portugal possuem histórias diferentes sobre a criação dos cursos de jornalismo, mas estas trajetórias se cruzaram em um determinado momento, promovendo o intercâmbio entre acadêmicos e pesquisadores. O jornalismo é uma profissão com grande procura e há numerosas ofertas de cursos de graduação. Ele acompanhou o desenvolvimento tecnológico e globalizado, agregando a tecnologia no seu exercício diário e ocupando espaço nas novas mídias eletrônicas e digitais. O jornalismo está envolvido no contexto global, sem se desfazer de suas raízes de origem.

As academias também respiram estas transformações e buscam mecanismos de transpô-las para o currículo escolar, na medida em que se julgam necessárias ao propósito de formar um profissional ideal para atuar na sociedade atual.

A discussão, conforme se referiu, limitou-se a oito instituições de ensino portuguesas e dez brasileiras e procurou estabelecer uma análise focando a estrutura curricular. A primeira constatação foi o número de cursos de graduação específicos em Jornalismo que é menor em Portugal. Deve-se interpretar as diferenças entre Portugal e Brasil, considerando o tamanho e demografia dos dois países, bem como, a obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício da profissão. Como Portugal é um dos países participantes do Processo de Bolonha, as instituições de ensino já estão adequando seus currículos de graduação em três anos de duração. Em contrapartida, há uma grande oferta de cursos de mestrado em jornalismo. A proposta do Processo de Bolonha é de estreitar o conhecimento através da pós-graduação, propiciando a formação em dois ciclos complementares: graduação e pós-graduação. Já o Brasil, que não faz parte do Processo de Bolonha, possui mais graduações em jornalismo do que mestrado e os cursos de graduação têm que ter 2.700 horas/aulas, distribuídas em quatro anos. Há, inclusive, instituições de ensino que oferecem o curso em horário integral.

As instituições de ensino portuguesas oferecem mais cursos de graduação em comunicação social, com ênfase em uma formação teórica básica em ciências sociais e humanas e em ciência da comunicação e da linguagem, contemplando a formação de diferentes profissionais da comunicação (jornalistas, publicitários e relações públicas). As disciplinas específicas são ofertadas como optativas, em sua grande maioria. Como já foi mencionada acima, esta estrutura curricular traz benefícios e questionamentos. O



questionamento principal se refere ao exercício profissional: como formar profissionais para diferentes exercícios profissionais sem diversificar o conteúdo teórico e as práticas que o habilitem para o mercado de trabalho? E os benefícios incidem sobre o mesmo ponto. O discurso atual incentiva a transversalidade, o conhecimento diversificado em várias áreas, propondo projetos de grades curriculares em comunicação social, mais generalistas.

Os três cursos de graduação em jornalismo, mesmo apresentando uma alternância na distribuição numérica de disciplinas entre as três áreas do saber, Ciências Sociais e Humanas, Ciência da Comunicação e da Linguagem e de formação específica em Jornalismo, apresentam um equilíbrio, o que revela que a formação em jornalismo depende das outras ciências, principalmente no que se refere ao conteúdo teórico. Desta forma, o estudo do jornalismo se vincula, em grande parte, a disciplinas técnicas e práticas, pelo menos na concepção das instituições de ensino portuguesas elencadas neste estudo. No segundo ciclo, das oito instituições selecionadas, sete oferecem o mestrado em Jornalismo com uma preocupação em formar um aluno mais especializado em jornalismo e na diversidade do mercado de trabalho. Mesmo assim, oferecem na grade disciplinas básicas nos campos de investigação em humanidades e comunicação. Isto só reitera a importância destes saberes na formação do jornalista, como especialista.

As grades curriculares brasileiras dividem-se em duas classificações, a das instituições públicas e a das instituições privadas. Das cinco universidades públicas, descritas na amostragem, quatro primam pela formação específica e pela prática, pois são cursos em jornalismo. O que não significa ausência de unidades curriculares fundamentadas em Ciências Sociais, Humanas, da Comunicação e da Linguagem. Das cinco particulares, três atribuem mais peso às disciplinas de outras áreas do saber, ocupando mais espaço na grade curricular, destacando-se a FACAMP que destina quase o dobro de disciplinas às ciências básicas. Não se pode justificar a presença destas outras ciências na formação do jornalismo pelo fato das instituições de ensino disponibilizarem um tronco comum para outros cursos de comunicação social, porque mesmo nas públicas não há uma discrepância na distribuição das disciplinas e os campos dos saberes. E como já foi dito acima, isto traz benefícios e constrangimentos. A diferença é que as instituições brasileiras oferecem mais disciplinas específicas à formação jornalística, tanto teórica quanto práticas, durante a graduação, sejam nas instituições públicas ou particulares. E isto deve-se, em grande parte, ao fato de no Brasil, os cursos serem com habilitação em jornalismo, devido a obrigatoriedade do



diploma, e do Ministério da Educação cobrar disciplinas com conteúdo específico na composição da grade curricular. O interessante é que se elas são cobradas porque são consideradas importantes na formação do profissional. A tendência, no Brasil, é ampliar cada vez mais o leque de oferta de disciplinas específicas em jornalismo, justificada pela diversidade do mercado de trabalho, ou pelas várias vertentes das áreas de atuação que estão se abrindo. Pode se pensar, também, na diversidade de técnicas de investigação ou mesmo, na necessidade de conteúdo teórico para fundamentar a crítica midiática.

4. Feminização e rejuvenescimento marcam o mercado de trabalho do jornalismo português

Em finais dos anos 80, iniciou uma nova fase da mídia em Portugal, impulsionada pela desestatização e privatização da imprensa. Sugiram novos impressos, canais de rádio, principalmente locais, e também de televisão. Elaborou-se o estatuto de imprensa regional e foram abertos os cursos superiores em jornalismo e comunicação social. Acompanhando esta nova fase, os salários aumentaram. Os empresários portugueses abriram os seus capitais a empresas internacionais, propiciando novos suportes multimídia, introdução de tecnologia moderna, investimento em edições *online* e melhoramento gráfico dos veículos em geral. A expansão do mercado abriu as portas para jornalistas novos, com curso superior, o que já ocorria em outros países europeus.

Este novo cenário instigou o Sindicato dos Jornalistas e o departamento de Sociologia e da Comunicação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) a organizarem a primeira pesquisa sobre o perfil sócio-profissional dos jornalistas portugueses. A proposta era ter um mapeamento para poder traçar as linhas de orientação da atividade sindical.

De 1983 a 1988, a população de jornalistas cresceu 32%. Em janeiro de 1988, somavam-se 1.508 jornalistas. A maioria trabalhava na imprensa diária, nas cidades de Lisboa e do Porto. Em junho de 1990, totalizavam 2.347 jornalistas, um aumento em relação a 1988 de 36,5%. A maior concentração dos jornalistas (50,7%) estava em Lisboa, em Porto eram 13,9%, no resto do país 10,7% e 24,7% não tinham informação. A distribuição, de acordo com os veículos era: 32,1% em jornais diários; 19,8% na imprensa escrita e não diária; 13,8% em rádio; 11,4% em televisão; e 22,9% sem informação. A distribuição por gênero era bem desigual, 25,4% jornalistas mulheres contra 74,6% homens com título profissional. A classificação quanto à faixa etária dividia-se em três patamares: 46,7% concentravam-se entre 30 a 44 anos; 29,9% com



mais de 45 anos e 23,4% com até 29 anos. Segundo o I Inquérito, o jornalismo caracterizou-se como uma profissão cujos ingressantes eram jovens que também deixavam o mercado de trabalho ainda jovens: 12% dos jornalistas iniciaram a carreira profissional antes dos 18 anos; 51,9% antes dos 21 anos e 80,9% até os 23 anos. Em 1987, de acordo com dados do Sindicato 72,7% dos jornalistas tinham menos de 45 anos e 35,2% menos de 35 anos. As mulheres eram mais jovens, 55,9% tinham menos de 35 anos e 83% menos de 45 anos. Entre os jornalistas homens, 44% exerciam a profissão há menos de 10 anos e 59% há menos de 15 anos. Entre jornalistas mulheres, 61,4% exerciam há menos de 10 anos e 90,5% há menos de 15 anos (GARCIA & OLIVEIRA, 1994).

Entre os entrevistados, 23,4% possuíam outra atividade profissional, sendo que 17,3% faziam de forma ocasional e 6,1% de forma regular. Os dados indicam que os indivíduos que desempenhavam outras atividades tinham mais escolaridade, pois 32,6% atuavam como professores, 18,4% desempenhavam profissões consideradas artísticas (como escritor e autor) e 14,3% eram intérpretes. Destacava-se ainda o quadro de porcentagem de indivíduos que possuíam duas atividades como jornalista (15,5%). Estes índices espelham que a remuneração ainda era baixa neste período. O salário mensal líquido chegava a €700 (GRAÇA, 2007).

Havia também uma disparidade salarial de acordo com o veículo: os semanários nacionais, a RTP (Rádio Televisão Portuguesa) e as agências de notícias pagavam melhor que a imprensa regional, rádios locais e rádios nacionais. A imprensa escrita diária nacional estava entre os dois níveis de salários. Os jornalistas com nível superior tinham, em média, maiores salários que os restantes e grande parte dos cargos de chefia eram ocupada por profissionais com mais anos de carreira, portanto com menor grau e escolaridade (GARCIA & OLIVEIRA, 1994). A diferença salarial entre os veículos remete a outro problema: a questão do piso da categoria. Não havia plano de carreira ou um piso salarial diferenciado por função e tipo de veículo instituído pelo Sindicato e pelas empresas de comunicação, mas sim uma negociação entre empresas e funcionários, guiada pela notoriedade do veículo.

Em 1997, o mercado expandiu. Eram 4.247 profissionais, desses, 25,4% tinham menos de 29 anos; 40,6% estavam na faixa etária de 30 a 40 anos; 25,6% estavam na faixa de 41 aos 55 anos e 8,4% na faixa acima de 55 anos (GRAÇA, 2007).

Não há um modelo homogêneo para o acesso dos jornalistas nas empresas, exceto para os mais novos, com as normas para estágio, e não há um modelo de



socialização profissional para os jornalistas no interior das redações. Os quesitos que se sobressaem nas escolhas do mercado são: “prática profissional” e “colaboração voluntária”. Para Graça (2007) esta prática do mercado reitera que as relações pessoais e a convivência jornalista-empresa superam a qualificação escolar no processo seletivo. A partir de 1999, passou-se a valorizar a formação universitária. Um dos reflexos foi o estágio, dividido em duas categorias: 12 meses para os licenciados em Comunicação Social e 18 meses para outro curso superior (art.5 n°1, do Estatuto do Jornalista).⁵

Em dezembro de 2001, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas registrou 436 jornalistas com título provisório de jornalista estagiário e 5.793 com carteira profissional de jornalista. O interessante é que, do total dos estagiários, 222 eram mulheres e 214 eram homens e mais de 80% deles tinham entre 26 a 35 anos. Entre 1975 e 2001, a participação feminina aumentou 12 vezes no mercado de trabalho português. Em 2004, as mulheres ultrapassaram o número de homens na escala da faixa etária com menos de 30 anos. Em maio de 2007, em Portugal, somavam 6.767 carteiras válidas e 556 provisórias. No mesmo período, o Sindicato dos Jornalistas registrava 5.749 jornalistas sindicalizados, sendo 2.883 homens e 2.866 mulheres. Apesar da expressiva presença feminina nas redações, os dados revelam desigualdade no desempenho de cargos de chefia e direção, a favor dos homens (FINO, 2007).

5. Emerge um novo mercado de jornalismo no Brasil

Nas décadas de 80 e 90, o setor da comunicação passou por um processo de reestruturação produtiva e administrativa. Embora isso tenha provocado demissões, o efetivo de jornalistas em atividade cresceu gradativamente em locais determinados.

Na década de 80, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo estava preocupado com um possível desemprego decorrente da substituição de profissionais pelas máquinas. O tempo mostrou que a substituição total dos profissionais pela máquina não aconteceu. Aconteceram, sim, mudanças nas redações. Alguns cargos como revisor, copidesque, pauteiro, secretário-gráfico, pestapista, diagramador e ilustrador foram desaparecendo. Essas funções passaram a ser acumuladas pelos jornalistas ou desempenhadas por computadores. Em 1993, foram admitidos 8.755 jornalistas e ocorreram 8.528 demissões, resultando em um saldo positivo de 227 novos postos no Estado de São Paulo. No ano seguinte, 8.563 foram

⁵ Após o ingresso na empresa o candidato permanece durante dois anos como “estagiário” até alcançar o *status* de profissional. Durante este período ele recebe um “título provisório de estagiário” (Decreto-Lei n° 513/79, de 24 de Dezembro) e fica à disposição do patronato, com liberdade de iniciá-los nas condições que julgam suficientes, desagradando muitas vezes a própria categoria de jornalistas.



admitidos e 7.883 demitidos. O saldo positivo cresceu para 680 postos. Em 1995, as admissões passaram para 10.230 postos e as demissões subiram para 9.212. Assim, durante estes três anos, o número de admissões atingiu 27.548 postos e houve 25.623 desligamentos, tendo um saldo positivo de 1.925 admissões (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo). Os avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de novos veículos de comunicação como o jornalismo *online*, a TV na *Internet* e a TV digital, ampliando o campo de atuação do jornalismo. Também surgiram áreas específicas de cobertura como jornalismo científico, ambiental, cultural, de agronegócios, informática entre outros.

Outro setor que também cresceu é o classificado como extra-redação. São as assessorias de imprensa, de comunicação e produtoras independentes⁶. Este mercado começou a surgir no Brasil na década de 80 do século XX. Logo quando surgiram as assessorias, o profissional que trabalhava para esse setor era discriminado pelos próprios colegas da profissão que não viam no trabalho do assessor a função de um jornalista. O assessor também era mal remunerado. Durante duas décadas, as assessorias expandiram por todo o país, tornando-se um mercado rentável e fértil na área de jornalismo.

Houve um crescimento de mulheres nas redações do Brasil no período de 1986 a 2001. Em 1986, as mulheres detinham 6.176 postos de trabalho e em 2001, elas ocupavam 9.568 empregos, um crescimento de 35,42%. Os profissionais do sexo masculino somavam, em 1986, 11.214 postos de trabalho. Em 2001, os homens ocupam 11.780, um crescimento de 4,80%. Durante o período de 1990 a 1993, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, os jornalistas homens perderam 1.888 postos de trabalhos, resultando em uma redução de 15,53% vagas. As mulheres tiveram o maior enxugamento em 1992, quando foram cortados 741 postos de trabalho, uma redução de 10,06%.

A procura das mulheres por cursos universitários é também um argumento para justificar a feminização da profissão. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), no vestibular de 1998 ingressaram 14.969 mulheres e 10.015 homens. As mulheres correspondem a quase 67% do mercado universitário nacional em jornalismo. Segundo estatísticas do Ministério do Trabalho, em 1999, as mulheres não eram maioria em nenhum dos setores da imprensa. Em jornais elas correspondiam a 37,87%, com 2.988 postos do total de 7.890. Em agências eram 44,68% com 147 postos do total de 329. As

⁶ Na classificação extra-redação também está incluído o mercado universitário, jornalistas que atuam como professores.



emissoras de rádio constituem o setor mais conservador: As mulheres totalizavam 28,78% do total de 1.251 profissionais. A televisão empregava 49,69% jornalistas, 1.291 dos 2.598 funcionários. Em revistas, as mulheres somavam 49,60%, 679 postos do contingente nacional de 1.363; e nos setores extra-redação elas atingiam 49,61%, com 3.231 de 6.513 empregos no Brasil.

O último relato da distribuição de gênero no jornalismo brasileiro, realizado pela Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho-RAIS é referente a 2005 (Brasil, 2005). As mulheres ultrapassaram os homens, ocupando 51,57% do mercado em jornalismo (18.217) contra 48,43% (17.105), em um universo de 35.322 jornalistas.

O mapa de distribuição de profissionais, em 2005, no estado de São Paulo era: no setor extra-redação, a mulher representava 57,19% do mercado e o homem 42,81%; nas revistas, o sexo feminino correspondia a 55,38% e o sexo masculino a 44,62%; nas agências de notícias, a mulher ocupava 49,24% e o homem 50,76%; na televisão, a porcentagem feminina era de 42,8% e a masculina de 57,2%; nos jornais, o homem dominava com 58,95% dos cargos contra 41,05% de mulheres e no rádio, as mulheres estavam com 37,7% do mercado contra os homens com 62,3% (RAIS).

Com relação à média salarial, dados do Ministério do Trabalho - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário SPES, de 1999, revelaram que o salário médio dos jornalistas masculinos, na maioria dos estados, era maior do que os jornalistas femininos. No início de 2000, a mulher jornalista ganhava US\$ 1.072, em média, e os homens ganhavam US\$ 1.129, ou seja, uma diferença de 5,09%. A diferença salarial, em grande parte dos estados, é pequena entre os gêneros e muda de acordo com o setor: jornal, revista, emissoras de rádio e televisão, extra-redação e agências de notícias. Os cargos de chefia estão concentrados entre os profissionais do sexo masculino.

A maior remuneração é feita pelas agências de notícias. Em contrapartida, as emissoras de rádio possuem o menor piso salarial. O piso salarial é determinado pela negociação entre dois sindicatos: o patronal e o dos trabalhadores. Os sindicatos dos jornalistas atuam em âmbitos estaduais, sem representatividade nacional. Há uma amplitude de variação muito grande entre regiões do país. Esta variação corresponde às diferenças de desenvolvimento econômico entre as regiões.

Em 2000, o número de mulheres com curso de graduação atuando no mercado era maior que o de homens: 53,91% homens com curso superior, contra 73,16% de mulheres. No setor de televisão o índice de mulheres com graduação era de 79,78% e o de homens era de 57,23%. Em rádio, os índices eram menores, 36,9% dos homens



tenham formação superior, contra 63,70% das mulheres (SATO, 2002). A mulher com curso superior recebe, em geral, o equivalente a um homem com segundo grau. A feminização ainda ocorre em maior número em áreas menos prestigiadas ou mais recentes, sendo menor nos setores tradicionais como rádio e jornal impresso. E o número de mulheres que ingressam nas faculdades é bem superior ao de homens, mas o número de mulheres atuando no mercado não acompanha essa proporção.

A partir da década de 80, houve uma feminização do mercado em jornalismo, favorecida pelos cursos de graduação, e paralelamente o ingresso de jovens na carreira, portadores do diploma em jornalismo. O número de estagiários é muito pequeno no mercado, porque a lei de 1979 proíbe o estágio em jornalismo.⁷

Considerações Finais

Da discussão travada, pode concluir-se o seguinte:

1. A adequação ao Processo de Bolonha levou as instituições portuguesas a implementarem um esquema de formação de jornalistas baseado em três anos de formação generalista, seguido de dois anos para, ao nível de mestrado, o profissional especializar-se na área que pretende atuar e complementar a sua formação teórica e técnica. O doutorado corresponde a uma qualificação maior do profissional.
2. No Brasil, ao mesmo tempo em que se acompanham as discussões do Processo de Bolonha, há a formação do Mercosul Educacional. Isto mostra a preocupação do país em juntar-se aos blocos. O problema é conciliar a estruturação das grades curriculares em sintonia e simultaneamente com estes dois blocos tão diversos. Foram detectados convênios com dupla diplomação, diferentemente da proposta do Processo de Bolonha que é iniciar o curso em um país e poder concluí-lo em outro.
3. A diferença entre os cursos portugueses e brasileiros é que as instituições brasileiras oferecem mais disciplinas específicas de jornalismo, tanto teóricas quanto práticas, durante a graduação. As disciplinas básicas estão também presentes. O MEC está incentivando a transversalidade durante a graduação. Igual aos cursos portugueses, os brasileiros também trazem a formação humanística.
4. O rejuvenescimento da carreira é outra característica do mercado de trabalho em jornalismo em ambos os países. Embora em Portugal a formação universitária não seja obrigatória para exercer o jornalismo, grande parte dos jovens que estão atuando no

⁷ No estado de São Paulo há um acordo firmado entre empresas de comunicação, academia e sindicato, o qual permite o estágio, desde que seja supervisionado por profissionais. O estágio deve ser remunerado. O que infelizmente não nega a existência de estágios sem remuneração realizados pelos estudantes de jornalismo, com o intuito de adquirir experiência e de abrir portas para o mercado profissional.



mercado tem curso superior. A possibilidade de se preparar para o exercício profissional através de um curso formal contribuiu para o rejuvenescimento da carreira. As empresas de comunicação, por sua vez, passaram a se interessar por profissionais mais jovens e capacitados tecnicamente.

5. O jornalismo deixou de ser uma profissão masculina. Há mais mulheres jornalistas do que homens no Brasil. Em Portugal, 50,15% dos postos de trabalho são ocupados por homens e 49,85% por mulheres. A feminização ocorreu gradativamente em ambos os países, impulsionada pelo surgimento dos cursos de graduação em Comunicação Social e Jornalismo, mas os cargos de chefia são, em sua maioria, desempenhados por homens.

6. A participação feminina no mercado é diferenciada de acordo com os veículos. No Brasil, as mulheres predominam em assessorias e revistas. Mas no impresso e no rádio, o predomínio é de homens. Em Portugal, há mais mulheres atuando no rádio, agências de notícias e em televisão. Na imprensa, a participação feminina é mais reduzida. A distribuição por gênero entre os dois países não é igual. As mulheres predominam nos setores mais novos do mercado e esses setores são diferentes em cada país, pois vivenciaram trajetórias históricas diferentes.

Bibliografia

Brasil. Decreto-lei n. 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0972.htm>

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais, RAIS. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>

CORREIA, F. e C. Batista. Jornalistas do ofício à Profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968). Lisboa: Editorial Caminho. 2007.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas – www.fenaj.org.br, acessado em 24 de setembro de 2007.

FINO, A. Mulheres jornalistas mais jovens e sem poder. O Sítio do Sindicato dos Jornalistas: Instituto de Comunicação Social: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=6202&idselect=148&idCanal=148&p=0>. 2007.

GARCIA, J. L. & OLIVEIRA J. P. D. Jornalistas Portugueses: o que é? Inquérito e perfil sócio-profissional. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas. 1994

GRAÇA, S. M. Os jornalistas portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais. Coimbra: Minerva Coimbra. 2007.

MARQUES DE MELO, J. Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

MEDITSCH, E. O dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo: crescer para os lados ou crescer para cima. Porto-PT: LabCom. 1999.

RIBEIRO, J. H. Jornalistas 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais) câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1998.

SATO, N. Salários são iguais nas grandes e médias redações. In: F. Sant'Anna e E. NARDELLI (Ed.). Mulher e imprensa na América Latina. Distrito Federal-BR: Unesco, 2002.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora insular, v.2. 2005.